



RESOLUÇÃO / EXECUTIVA CUT – GREVE DA FASUBRA

A Direção Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores – CUT reunida em São Paulo, nos dias 02 e 03 de Agosto de 2011, manifesta sua posição política contrária à forma *autoritária e anti-sindical* como o Governo vem tratando os conflitos com os servidores Técnicos Administrativos das Universidades, organizados na Federação dos Trabalhadores Técnicos Administrativos das Universidades – FASUBRA.

Em consequência dos impasses no processo de negociação com o Governo, que culminaram com a recusa do Governo ao diálogo, os trabalhadores e trabalhadoras das Universidades, por meio das instancias legítimas das suas respectivas Entidades Sindicais, deliberaram por entrarem em greve a nível nacional, como forma de pressão, na perspectiva de restabelecer a negociação para resolução conjunta dos conflitos.

Ao se defrontar com uma greve com ampla mobilização e adesão das bases, o Governo tomou atitudes contraditórias a um processo negocial democrático. Ao invés da lógica de construção de ambiente e possibilidades de superação dos impasses a partir do reconhecimento dos conflitos, condição preliminar para se estabelecer um processo negocial, o Governo, de forma intransigente, suspende qualquer forma de diálogo com as Entidades representativas dos trabalhadores, recorre ao Judiciário pedindo a declaração de ilegalidade da Greve, e condiciona a retomada do diálogo à suspensão imediata da greve.

Neste contexto, a CUT apóia os trabalhadores da FASUBRA e repudia essa postura intransigente e autoritária do Governo! A CUT compreende que na superação dos conflitos entre o Estado e seus trabalhadores, num ambiente de relações de trabalho verdadeiramente livres e democráticas, inclusive tendo o Brasil recentemente ratificado a Convenção 151 da OIT, é inconcebível e inaceitável esta postura autoritária dos gestores do Governo.



Neste sentido a CUT exige do Governo que seja imediatamente retomado o diálogo com as Entidades representativas dos trabalhadores, desautorize a judicialização da greve, reconhecendo-a como um instrumento de luta legítimo da classe trabalhadora, e não uma atitude “criminosa” como esta sendo tratada, em prejuízo do serviço público e dos direitos dos seus servidores.

São Paulo, 03 de agosto de 2011.

Executiva Nacional da CUT